

CARTA DO VII CONAFFA, DE BENTO GONÇALVES, CONTRA O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical) reafirma seu compromisso com a defesa da administração pública, da segurança dos alimentos e do interesse coletivo, e manifesta profunda preocupação com os rumos da Reforma Administrativa em tramitação no Congresso Nacional. O texto proposto apresenta diversos vícios de inconstitucionalidade. Ameaça a eficiência e a estrutura do serviço público, além de fragilizar os princípios do pacto federativo e da independência dos Poderes, fundamentos essenciais do Estado Democrático de Direito.

O tema foi amplamente discutido durante o VII Congresso Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Conaffa), realizado entre 22 e 25 de outubro, em Bento Gonçalves (RS). Os profissionais da carreira atuam em portos, aeroportos, fronteiras, laboratórios, no campo e no comércio, garantindo a qualidade e a segurança dos alimentos produzidos no Brasil e exportados para o mundo. Como carreira típica de Estado, exercem funções exclusivas e estratégicas, que são indispensáveis à soberania alimentar, à saúde pública e à credibilidade do agronegócio nacional, sustentadas por um corpo técnico altamente qualificado e comprometido com o interesse público.

Entre os pontos mais sensíveis da proposta da Reforma Administrativa, destaca-se a fragilização da estabilidade no serviço público, reduzida a um período de apenas dez anos. Essa medida compromete a autonomia técnica e funcional do servidor, abrindo espaço para interferências políticas e decisões motivadas por interesses particulares. A estabilidade não é privilégio. É um instrumento de proteção da sociedade, que assegura a continuidade das políticas públicas e a atuação isenta do Estado.

Outro aspecto de preocupação é o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) que, ao invés de valorizar resultados concretos e mensuráveis, carece de fundamentos técnicos e de clareza quanto à restrição de sua aplicação. Soma-se a isso a proposta que impõe o cumprimento de 80% da jornada semanal de forma presencial, sem apresentar qualquer evidência que sustente a obrigatoriedade. Estudos técnicos demonstram o contrário: o teletrabalho reduziu custos para o Estado, ampliou a produtividade com base em metas e avaliações e contribuiu para a retenção de profissionais e a melhoria da qualidade de vida no serviço público.

Também causa preocupação o fim da paridade entre servidores ativos, aposentados e pensionistas, substituída pela criação de um bônus de desempenho, uma espécie de “décimo quarto salário” que não se estenderá aos inativos. A medida fere o

Realização

princípio constitucional da paridade e desvaloriza quem dedicou a vida à construção e manutenção das instituições públicas.

O fortalecimento do Estado brasileiro depende de servidores valorizados, de estruturas técnicas sólidas e de políticas sustentadas pelo interesse coletivo, não por visões que reduzam a administração pública a uma lógica de mercado. Por isso, o Anffa Sindical conclama os parlamentares comprometidos com o futuro do país a rejeitarem a proposta de Reforma Administrativa, cuja aprovação representaria um retrocesso institucional e social sem precedentes. Ao mesmo tempo, a entidade insta o Governo Federal, em especial o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a assumir postura firme e transparente em defesa do serviço público e da estrutura de Estado que garante a soberania nacional.

O Anffa Sindical faz um chamamento a todos os servidores das esferas municipal, estadual e federal a se engajarem ativamente em manifestações públicas convocadas pelos sindicatos e centrais sindicais, em defesa do serviço público, dos direitos dos servidores e do Estado brasileiro.

Bento Gonçalves (RS), 25 de outubro de 2025
Anffa Sindical
Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários